

(1)

Texto

Globalização significa que todos nós dependemos uns dos outros. As distâncias pouco importam agora. O que acontece em um lugar pode ter consequências mundiais. Graças aos recursos, instrumentos técnicos e conhecimentos adquiridos, nossas ações abrangem enormes distâncias no espaço e no tempo. Por mais localmente limitadas que sejam nossas intenções, erraríamos se não levássemos em conta os fatores globais, pois eles podem decidir o êxito ou o fracasso de nossas ações. O que fazemos (ou nos abstermos de fazer) pode influir nas condições de vida (ou de morte) de gente que vive em lugares que nunca visitaremos e de gerações que jamais conheceremos.

(Zygmunt Bauman, O desafio ético da globalização, Correio Braziliense, 21/07/2001)

De acordo com o texto, o principal objetivo do autor pode ser expresso com um dos ditados populares. Assinale-o:

A - "Cavalo dado, não se olham os dentes".

B - "Nem tudo que reluz é ouro".

C - "Vão-se os anéis, ficam os dedos".

D - "De grão em grão, a galinha enche o papo".

E - "Uma andorinha só não faz verão".

(2)

São acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra as palavras:

A - "Cenário", "sequência", "audiência".

B - "Trás", "sérias", "repórteres".

C - "Âncoras", "alguém", "há".

D - "Dá", "há", "aí".

E - "Pajé", "caráter", "fóssil".

(3)

A GANSA DOS OVOS DE OURO

Era uma vez um casal de _____ que tinha uma gansa muito especial. De vez em quando, quase todo dia, ela botava um ovo de ouro. Era uma sorte enorme, mas em pouco tempo eles começaram a achar que podiam ficar mais ricos se ela pusesse um ovo daqueles por hora, ou a todo momento que eles _____.

Falavam nisso sem parar, imaginando o que fariam com tanto ouro.

– Que bobagem a gente ficar esperando que todo dia saia dessa gansa um pouquinho... A gansa deve ter dentro dela um jeito especial de fabricar ouro. Isso era o que a gente precisava.

– Isso mesmo. Deve ter uma maquininha, um aparelho, alguma coisa assim. Se a gente pegar prá nós, não precisa mais de gansa.

– É... Era melhor ter tudo de uma vez. E ficar muito rico. E resolveram matar a gansa para pegar todo o ouro.

_____ dentro não tinha nada diferente das outras gansas que eles já tinham visto – só carne, tripa, gordura...

E eles não pegaram mais ouro. Nem mesmo ganharam um ovo de ouro, nunca _____.

(Ana Maria Machado. O tesouro das virtudes para crianças. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.)

Os espaços deixados no texto podem ser reescritos, respectivamente, e de acordo com a grafia correta, pela alternativa:

A - Camponeses – quisessem – mas – mais.

B - Camponeses – quisessem – mais – mas.

C - Camponeses – quisessem – mas – mais.

D - Camponeses – quisessem – mas – mas.

E - Camponeses – quisessem – mas – mais.

(4)



<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/03/22/alexandre-beck-criador-do-armandinho-fala-sobre-sua-arte-e-direitos-humanos>

Sobre a tira, podemos afirmar:

I – “Mas”, no primeiro quadrinho, poderia ser trocado por “porém” sem prejuízo de sentido.

II – Houve um equívoco por parte de Armandinho, pois o sentido de “muros”, utilizado pela garota, é o mesmo de “pontes”.

III – “Tijolinho” é o diminutivo do adjetivo “tijolo”.

IV – Quanto Armandinho e sua amiga utilizam a forma verbal “podemos”, eles usufruem do plural para indicar que isso é de todos.

V – A palavra “Pontes” se difere de “muros”, pois esta afasta, enquanto aquela une.

A - I – IV – V.

B - I – II – IV.

C - II – IV – V.

D - I – III – IV.

E - III - IV - V.

(5)

Em qual frase há erro de regência em relação ao termo destacado?

A - É “preferível” a paz exagerada do que o ódio.

B - O estudante julgou estar “apto” a fazer o teste.

C - O Brasil não pode ficar “imune” a essas crises.

D - Sábado quero “assistir” ao jogo.

E - Tenha “carinho” a seus livros.

(6)



<https://veja.abril.com.br/blog/noblat/charge-do-amarildo-928/>

Observe a regência do substantivo “preço” em “O preço por litro”. Nessa frase, a regência nominal foi bem utilizada. A respeito da regência NOMINAL e VERBAL, há um erro em:

- A - Comprei o livro "sobre" cuja história eu te falei.
- B - Ele terminou o doutorado "em" microbiologia.
- C - A vaga "a" que ele aspirava ainda não foi preenchida.
- D - Estou apaixonado "nesse" vestido.
- E - Assiste "aos" prejudicados o direito de indenização.

(7)
Texto

Algo muito estranho está acontecendo no mundo atual. Vivemos melhor que qualquer outra geração anterior. Pessoas são saudáveis graças às ciências da saúde. Moram em residências robustas, produto da engenharia. Usam eletricidade, domada pelo homem devido ao seu conhecimento de química e física. Paradoxalmente, essas mesmas pessoas ligam seus computadores, tablets e celulares para adquirir e disseminar informações que rejeitam a mesma ciência que é tão presente em suas vidas. Vivemos num mundo em que pessoas usam a ciência para negar a ciência.

Alicia Kowaltowski, Usando a ciência para negar a ciência. 2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/>. Adaptado.

As palavras “saúde”, “paradoxalmente” e “tablets” apresentam, respectivamente, quantas sílabas?

- A - 2, 6 e 3
- B - 3, 6 e 3
- C - 3, 5 e 2
- D - 2, 7 e 3
- E - 3, 6 e 2

(8)



Mafalda (Foto: Reprodução/Quino)

Assinale a alternativa que avalia CORRETAMENTE as assertivas seguintes:

- I – INCRÍVEL e OPERÁRIO recebem acento por serem palavras paroxítonas.
- II – O vocábulo PARA, seja preposição ou verbo, não possui mais acento.
- III – “TRÊS” possui acento pela mesma regra da palavra TÊM.
- IV – IMPORTÂNCIA é uma palavra proparoxítona, por isso recebe acento.

A - Todas estão corretas.

B - Apenas uma está incorreta.

C - Três estão corretas.

D - Apenas uma está correta.

E - Duas estão incorretas.

(9)

São palavras antônimas:

A - Pavor - Pânico.

B - Pânico - Susto.

C - Dignidade - Indecoro.

D - Dignidade - Integridade.

E - Susto - Horror.

(10)

As figuras de linguagem são estratégias estilísticas que tem o objetivo de expressar sentimento e emoção. Conforme o gramático Rocha Lima, as figuras são recursos que autores usam para conferir vivacidade e beleza ao estilo.

Assinale a figura de linguagem presente no trecho:

"- Meu marido partiu dessa para melhor há dois anos, o senhor não sabia?"

A - Comparação.

B - Eufemismo.

C - Prosopopeia.

D - Metáfora.

E - Símile.

(11)

Acerca do conceito analítico de crime e de suas particularidades, são apresentadas as seguintes proposições. Analise-as atentamente, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () A Punibilidade não integra o conceito analítico de crime. Sendo possível considerar a existência de um crime, sem que haja a punibilidade.

II- () É válido considerar que o princípio da insignificância ou da bagatela é apto a excluir a tipicidade material.

III- () As fases da cogitação e da preparação do ato delitivo, por serem etapas antecedentes e meramente preparatórias da ação criminosa, consubstanciando o que no universo jurídico penal costuma também ser denominado de iter criminis, não são admissíveis de punibilidade.

A - I-F; II-V; III-V.

B - I-F; II-F; III-F.

C - I-V; II-V; III-F.

D - I-V; II-F; III-V.

E - I-V; II-V; III-V.

(12)

Quando a Lei for omissa ou não estabeleça um prazo para que entre em vigor, considerar-se-á iniciada a sua vigência:

A - No momento de sua publicação.

B - No momento da sua promulgação.

C - 30 dias após a sua promulgação.

D - 45 dias após a sua publicação.

E - 60 dias após a sua promulgação.

(13)

Constituída por todos os fatos e acontecimentos, coisas, pessoas e circunstâncias úteis que busquem comprovar a prática de um delito, as provas são de vital importância para a convicção do julgador, devendo ser o fator basilar em sua decisão.

Com base no entendimento das disposições previstas no Código de Processo Penal em relação às PROVAS, não se limitando a mera transcrição literal dos preceitos, mas valendo-se também do entendimento majoritário doutrinário, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () A prova colhida com aparente afronta às normas legais poderá, excepcionalmente, ser utilizada em favor do acusado visando provar sua inocência.

II- () O juiz deverá formar sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

III- () A confissão, quando prestada em juízo e na presença de advogado, reveste-se de caráter absoluto como meio de prova, possuindo poder de embasar a decisão do julgador em relação à condenação.

A - I-F; II-V; III-V.

B - I-F; II-F; III- V.

C - I-V; II-V; II-F.

D - I-V; II-V; III-V.

E - I-F; II-F; III-F.

(14)

No estudo do crime, ao nos dedicarmos aos seus requisitos, constatamos que a tipicidade é indiciária da ilicitude. Contudo, há de se considerar que o ordenamento legal penal brasileiro estabelece uma série de situações que consubstanciam a excludente de ilicitude. Atento à questão apresentada, analise as proposições abaixo elencadas e marque a opção que NÃO caracteriza uma excludente de ilicitude prevista legalmente:

A - Legítima defesa.

B - Exercício regular de direito.

C - Estricto cumprimento do dever legal.

D - Consentimento do ofendido.

E - Estado de necessidade.

(15)

Visando garantir que as obrigações, no âmbito do Direito Civil, não possam ser exigidas sem que seja estabelecido um lapso temporal, de forma eterna (Ad aeternum), o ordenamento jurídico brasileiro estabelece os institutos da prescrição e decadência, como meios de efetivar segurança jurídica.

Atento ao entendimento doutrinário das disposições previstas no Direito Civil Brasileiro acerca dos institutos da prescrição e decadência, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () A prescrição é sempre legal, pois o prazo prescricional não pode ser pactuado pelas partes.

II- () Caso a lei não venha estabelecer prazo menor, o Código Civil determina que a prescrição ocorrerá em cinco anos.

III- () Segundo exposição do Código Civil, é possível afirmarmos que a prescrição não ocorrerá em prejuízo dos absolutamente incapazes.

A - I-V; II-V; III-V.

B - I-V; II-F; III-V.

C - I-F; II-V; III-V.

D - I-F; II-F; III-F.

E - I-V; II-V; III-F.

(16)

Leia atentamente a situação hipotética abaixo descrita, marcando em seguida a alternativa CORRETA segundo a orientação da APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO ADOTADA PELO ORDENAMENTO PENAL BRASILEIRO:

Considerando-se importunado pelas constantes cobranças de um empréstimo concedido pelo Sr. Astrogildo no dia 01 de abril de 2022, Gumercindo, não tendo condições de liquidar a dívida, começou no dia 02 de julho a cogitar o assassinato de seu credor. Decidindo-se pela execução do ato delitivo no 15 de setembro de 2022, estranhamente, no mesmo dia do seu aniversário de 50 anos. Seguindo em sua ação, o agente acabou por desferir um disparo de arma de fogo contra o corpo da vítima, que, apesar de ter sido socorrido, acabou falecendo no dia 25 de setembro do mesmo ano, em consequência das lesões do projétil. Em face da eficiência da investigação, Gumercindo foi identificado, preso, julgado e condenado no dia 25 de dezembro de 2022 a cumprir uma pena de 20 anos. Após 12 anos cumprindo a sentença, Gumercindo tomou conhecimento da aprovação de uma nova Lei que estabelecia a redução da pena em 1/3 dos reclusos e detentos com mais de sessenta anos de idade.

A - Em face do ordenamento penal brasileiro ter adotado a teoria da atividade, considerando a prática do crime quando ocorre a ação ou omissão delituosa, não importando quando ocorra o resultado, o tempo do crime na questão relatada ocorreu no dia 15 de setembro de 2022.

B - Caso Gumercindo pleiteasse a redução de sua pena em face de ter mais de 60 anos no momento da aprovação da nova Lei, não poderia ser beneficiado, em face da irretroatividade da Lei, mesmo sendo mais benéfica, no ordenamento penal brasileiro.

C - Em razão do ordenamento penal brasileiro ter adotado a teoria da ubiquidade ou mista, considerando a prática do crime tanto no momento da ação ou omissão, quanto no momento do resultado, o tempo do crime no caso acima descrito poderá ser tanto o dia 15 de setembro, como o dia 25 de setembro, do ano de 2022.

D - Para o ordenamento penal brasileiro vigente, considera-se praticado o crime quando da ocorrência do resultado, independentemente de quando fora praticada a ação ou a omissão. Desta feita, o tempo do crime na ação acima descrita será o dia 25 de setembro de 2022.

E - Por seguir o nosso ordenamento a teoria finalista, que implica em considerar o tempo do crime desde o início do iter criminis, o tempo do crime na situação acima descrita será o dia 02 de julho de 2022.

(17)

Dentre os tipos de crimes abaixo listados, marque a alternativa que admite a TENTATIVA:

A - Crimes culposos.

B - Crimes omissivos próprios.

C - Crimes plurissubsistentes.

D - Crimes habituais.

E - Crimes preterdolosos.

(18)

Acerca da CAPACIDADE PROCESSUAL, consoante interpretação doutrinária das disposições previstas no Código de Processo Civil, analise as proposições a seguir:

I- Embora de um modo geral a capacidade de ser parte esteja relacionada com a personalidade jurídica, nem sempre com ela anda atrelada, pois a lei processual reconhece a entes desprovidos de personalidade jurídica a possibilidade de ocuparem a posição de parte no processo.

II- A capacidade para estar em juízo, segundo entendimento doutrinário, é gênero de três espécies, a saber, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória.

III- Segundo entendimento da Lei processual civil, o juiz deverá nomear curador especial ao réu quando, nos casos em que preso ou citado de forma ficta, for revel, enquanto não for constituído advogado.

É válido considerar que está ou estão CORRETA(S):

A - Apenas a proposição II.

B - Apenas as proposições I e II.

C - Apenas as proposições I e III.

D - Apenas as proposições II e III.

E - Todas as proposições.

(19)

Considerado um dos mais relevantes temas no Direito Penal, os princípios têm a função de orientar o legislador ordinário, bem como o intérprete do Direito, a fim de limitar o poder repressivo estatal e garantir os direitos fundamentais da pessoa. Sendo assim, evidente se mostra que os princípios formam a base fundamental do ordenamento normativo penal e são, por isso, valores fundamentais que funcionam como critérios para a criação e aplicação das leis.

Atento ao exposto, leia atentamente as citações abaixo destacadas e marque a alternativa que identifica os princípios considerados:

I- Trata-se de princípio que garante a autonomia e liberdade do indivíduo, de modo que o direito penal não deve interferir em demasia na vida dos indivíduos, não devendo ser considerada a lei penal a primeira opção para a solução de conflitos da sociedade.

II- Os tipos penais devem ser objetivos, claros, evitando aspectos subjetivos e de valoração meramente cultural, os quais podem dar margem a punições injustas. A importância desse princípio está relacionada ao legislador, durante a elaboração da lei penal, a qual exige técnica correta, fazendo uso de linguagem uniforme, rigorosa e restritiva, evitando a criação de tipos penais excessivamente abertos ao ponto de várias condutas se encaixarem naquela tipificação, inclusive atos que não correspondam a delito algum.

A - I- Princípio da Intervenção Mínima; II- Princípio da Taxatividade.

B - I- Princípio da subsidiariedade; II- Princípio da Anterioridade.

C - I- Princípio da Legalidade; II- Princípio da Ofensividade.

D - I- Princípio da Proporcionalidade; II- Princípio da Exclusiva Proteção do Bem Jurídico.

E - I- Princípio da Reserva Legal; II- Princípio da intranscendência.

(20)

Acerca do entendimento que pode ser extraído do Código Civil Brasileiro e da doutrina dominante em relação ÀS PESSOAS NATURAIS, analise as proposições a seguir, assinalando, (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () A pessoa natural, ao nascer com vida, adquire personalidade jurídica e passa a ser titular de direitos e deveres na ordem civil.

II- () Apesar da Lei pôr a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Segundo entendimento da teoria natalista, os direitos do nascituro estão condicionados ao nascimento com vida, ou seja, se nascer morto, os direitos eventuais que viria a ter estarão frustrados.

III- () É válido considerar que a pessoa natural só terá a capacidade civil plena quando possuir, simultaneamente, a personalidade jurídica e a capacidade de exercício.

A - I-V; II-F; III-F.

B - I-V; II-V; III-V.

C - I-F; II-V; III-F.

D - I-F; II-F; III-V.

E - I-V; II-F; III-V.

(21)

No âmbito do Direito Penal, quando se observa que o agente pratica somente uma conduta vindo a gerar em face de sua ação dois ou mais crimes, há de considerar ter praticado:

A - Crime plurissubsistente.

B - Crime continuado.

C - Concurso formal de crimes.

D - Crime progressivo.

E - Crime preterdoloso.

(22)

Analise as proposições a seguir sobre o INQUÉRITO POLICIAL:

I- Nas ações públicas incondicionadas, o Ministério Público só poderá atuar, ofertando a denúncia, mediante a anexação obrigatória do Inquérito Policial.

II- O delegado de polícia, uma vez que tenha iniciado o Inquérito Policial, não poderá arquivá-lo.

III- O Inquérito Policial, por possuir natureza administrativa, mais especificamente, por se tratar de um procedimento administrativo, não precisa observar contraditório e ampla defesa, pois esses são princípios que se aplicam aos processos judiciais e aos processos administrativos.

Está ou estão CORRETAS:

A - Apenas a proposição II.

B - Apenas a proposição III.

C - Apenas as proposições II e III.

D - Apenas as proposições I e III.

E - Todas as proposições.

(23)

Segundo um conceito mais simplista, é possível conceituarmos a AÇÃO como um "direito subjetivo público que se exerce contra o Estado, e por meio do qual se postula a tutela ou provimento jurisdicional". Ao propor uma ação perante o judiciário, observa-se que esta assumirá um conceito diferente de acordo com o provimento jurisdicional solicitado, conceitos comumente chamados de classificação das ações.

Atento à classificação das ações no Direito Processual Civil, estabeleça a devida correlação entre as ações apresentadas com o tipo de atividade que o juiz é preponderantemente chamado a exercer ao longo do processo, marcando em seguida a alternativa que apresenta a sequência numérica correta dos parênteses de cima para baixo:

(1)	Ação de Cognição	()	É a ação de provimento jurisdicional eminentemente satisfativo do direito do credor, decorrente da inevitabilidade da jurisdição, podendo por vezes recair sobre a pessoa do devedor, voltada a assegurar um resultado equivalente ao do adimplemento da obrigação que se deveria ter realizado.
(2)	Ação de Execução	()	Ação destinada a provocar a tutela jurisdicional, objetivando que o Estado-juiz declare qual das partes tem ou não tem razão.
(3)	Ação Cautelar	()	Nesta ação observa-se o desejo de prevenir, conservar, defender ou assegurar a eficácia de um direito, mediante o pedido para que o juiz determine alguma providência, cuja finalidade seja proteger o provimento jurisdicional, que corre riscos decorrentes da demora do processo.

A - 1; 2; 3.

B - 3; 2; 1.

C - 2; 1; 3.

D - 2; 3; 1.

(24)

Com o fortalecimento dos Estados e aperfeiçoamento do verdadeiro Estado de Direito, a justiça privada, que se caracterizava pela resolução dos conflitos pelos próprios interessados, pela sua ineficiência e ilegitimidade em estabelecer a paz social, acabou sendo substituída pela Justiça Pública. Em face disso, os Estados trouxeram para si o monopólio da função de solucionar conflitos de interesses, mediante a aplicação das leis aos casos concretos, atuando de modo imparcial, sempre que alguém se recusasse a cumprir espontaneamente as normas. Com referida evolução, ao Estado foi atribuído o poder de jurisdição, que em suma, e segundo ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, pode ser entendido como a ação do Estado de declarar e realizar a vontade da lei diante de uma situação jurídica controvertida.

Para que o Estado possa cumprir a sua primazia jurisdicional, não de ser garantidos e respeitados uma série de princípios. Atento ao exposto, leia atentamente a citação abaixo em destaque, e marque a alternativa que corretamente identifica o princípio considerado:

O Estado-juiz não pode se eximir de prestar a jurisdição a todos os que procuram obter uma solução. Referido princípio possui lastro na própria Constituição, art. 5º, XXXV, ao dispor que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”

A - Imperatividade.

B - Indeclinabilidade.

C - Indelegabilidade.

D - Definitividade.

E - Improrrogabilidade.

(25)

De acordo com a interpretação das disposições previstas no Código de Processo Civil acerca do LITISCONSÓRCIO, analise as proposições a seguir:

I- Cada litisconsorte, seja qual for sua natureza jurídica, poderá promover o andamento do processo, devendo todos ser devidamente intimados dos atos processuais respectivos.

II- O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

III- Duas ou mais pessoas poderão litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.

É válido considerar que está ou estão CORRETA(S):

A - Apenas a proposição III.

B - Apenas as proposições I e II.

C - Apenas as proposições I e III.

D - Apenas as proposições II e III.

E - Todas as proposições.

(26)

No âmbito do Direito Penal, consideram-se hediondos, os crimes de grande indignação moral, que provocam reação repulsiva da sociedade. Sancionada em 1990, e tendo sofrido diversas alterações ao longo de sua existência, a Lei de Crimes Hediondos surgiu como uma resposta à violência, implicando na redução ou eliminação de diversos direitos que os réus ou condenados por outros crimes possuem.

Atento ao exposto, e valendo-se também dos seus conhecimentos sobre as disposições previstas na Lei dos Crimes Hediondos, a de nº Lei 8.072 de 1990, com suas respectivas alterações, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () Os Crimes Hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.

II- () A vigente Lei dos Crimes Hediondos, em face do endurecimento das últimas alterações, determinou que a pena aplicada seja cumprida integralmente em regime fechado, vedando, portanto, a progressão de regime.

III- () Em face da maior severidade das penas e das restrições impostas ao infrator, a Lei dos Crimes Hediondos só será aplicada aos crimes consumados.

A - I-V; II-V; III-V.

B - I-V; II-V; III-F.

C - I-F; II-F; III-F.

D - I-V; II-F; III-F.

E - I-F; II-F; III-V.

(27)

Acerca dos NEGÓCIOS JURÍDICOS, analise as proposições a seguir:

I- Diz-se que o negócio jurídico é informal, não solene ou de forma livre quando ele puder se revestir de qualquer forma não vedada em lei.

II- A decisão judicial que reconhece a nulidade absoluta em um negócio jurídico terá eficácia retroativa, desfazendo, portanto, todos os efeitos jurídicos que foram produzidos.

III- O negócio jurídico anulável poderá ser convalidado pela vontade das partes ou pelo transcurso do prazo decadencial correspondente.

É válido considerar que está ou estão CORRETA(S):

A - Apenas a proposição II.

B - Apenas as proposições I e II.

C - Apenas as proposições I e III.

D - Apenas as proposições II e III.

E - Todas as proposições.

(28)

Segundo ensinamento de Tourinho Filho, "a prova testemunhal, no Processo Penal, é de valor extraordinário, pois dificilmente, e só em hipóteses excepcionais, provam-se infrações com outros elementos de prova (...)."

O valor extraordinário do depoimento testemunhal pode ser comprovado pela relevância evidenciada pelo Código de Processo Penal na disciplinarização da matéria, tratando-o e pormenores, admitindo-se a sua validade como meio de prova.

Atento às disposições previstas no Código de Processo Penal em relação as TESTEMUNHAS, analise as proposições a seguir:

I- Se assim preferir e por acreditar que de tal maneira poderá prestar informações mais seguras e precisas acerca dos fatos, a testemunha poderá optar por levar suas declarações por escrito.

II- Por não poder agir de ofício, o juiz estará limitado a ouvir apenas as testemunhas indicadas pelas partes.

III- As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho

É válido considerar que está ou estão CORRETA(S):

A - Apenas a proposição III.

B - Apenas as proposições I e II.

C - Apenas as proposições I e III.

D - Apenas as proposições II e III.

E - Todas as proposições.

(29)

Segundo entendimento doutrinário, no âmbito no Direito Civil, os BENS podem ser considerados como valores materiais (corpóreos) ou imateriais (incorpóreos) que têm valor econômico e que podem servir de objeto a uma relação jurídica. Acerca do tema, e com base com disposições expressas do Código Civil em relação aos bens considerados em si mesmos, marque a alternativa que NÃO corresponde a um bem que poderia ser admitido como um exemplo:

A - Bem infungível.

B - Bem inconsumível.

C - Bem principal.

D - Bem divisível.

E - Bem singular.

(30)

Um das questões mais importantes e aplicáveis no universo do Direito Penal pode ser observado nos estudos da tipicidade formal, quando nos dedicamos aos elementos da conduta: dolo e culpa. Em relação a culpa, há de se considerar que ela pode ser analisada em sentido amplo e em sentido estrito. No primeiro caso, a culpa é a responsabilidade que une o agente à conduta. Na situação seguinte, a culpa se dá quando o agente não quer praticar o crime, mas age com imprudência, negligência ou imperícia, em quebra do dever objetivo de cuidado, gerando a infração penal.

Acerca da temática em questão, analise as proposições a seguir:

I- Só há de se considerar o crime na modalidade culposa, quando a lei, de forma expressa, mencionar essa possibilidade.

II- No dolo eventual, apesar do agente ter a previsão do resultado infracional, segue em sua ação acreditando que este não irá ocorrer.

III- O dolo, em sentido direto, é uma conduta intencional, voluntária e com o objetivo de atingir certo resultado ilícito. Essa conduta pode ser de agir ou de deixar de agir.

É válido considerar que está ou estão corretas:

A - Apenas a proposição I.

B - Apenas a proposição III.

C - Apenas as proposições I e II.

D - Apenas as proposições I e III.

E - Todas as proposições.

(31)

Orientações importantes para as questões de Organização Judiciária do Amapá:

- Na resolução das questões a seguir, o candidato não deverá se ater a mera transcrição literal do texto sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá.

- Todas as questões a seguir foram elaboradas a partir do texto vigente sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá. Em algumas questões, optamos por não especificar a base legal, qual seja: o Decreto de nº 69 de 1991, atualizado até a Lei Complementar de nº 150 de 2023.

Em relação ao tribunal do Júri, o Art. 26 do texto sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, estabelece que:

Art. 26. O Tribunal do Júri tem a organização e a competência estabelecidas no Código de Processo Penal, com as garantias do inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

A seguir transcrevemos o artigo e o inciso constitucional mencionados, nos valendo de uma adaptação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei.

Acerca do tribunal do Júri e do inciso em questão, marque a alternativa que estiver CORRETA:

A - O tribunal do júri é competente para julgar crimes culposos ou dolosos consumados contra a vida.

B - Em relação ao tribunal do júri é assegurada a plenitude de defesa.

C - Em relação ao tribunal do júri, só é assegurado a soberania dos veredictos quando ocorrer a unanimidade de decisão dos membros do conselho de sentença.

D - Crimes causados por imperícia, negligência ou imprudência de um suposto infrator, desde que impliquem no resultado morte da vítima, estão incluídos na competência de julgamento por parte do tribunal do júri.

E - Por se tratar de uma modalidade de julgamento por parte da sociedade, os crimes julgados pelo tribunal do júri devem, no momento das votações, ocorrer mediante um amplo debate entre os membros do conselho de sentença, visando assim a formação de um consenso que reflita os anseios sociais.

(32)

Atento às vigentes disposições legais que regem a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () Previsão legal expressa veda, que no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, inclusive para órgãos diferentes, tenha assento Desembargadoras cônjuges ou parentes, em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

II- () O Tribunal de Justiça Amapaense, com sede na Capital e Jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de onze Desembargadores, e será dirigido por um de seus membros, como Presidente, dois outros desembargadores exercerão as funções de Vice-Presidente e Ouvidor Geral.

III- () Acerca de sua composição, um quinto dos lugares do Tribunal será composto de membros do Ministério Público Estadual com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

A - I-F; II-V; III-V.

B - I-V; II-F; III-F.

C - I-F; II-F; III-V.

D - I-F; II-V; III-F.

E - I-F; II-F; III-F.

(33)

De acordo com o Decreto nº 69 de 1991, atualizado até a Lei Complementar nº 150 de 2023, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, é válido afirmar que constituem Órgãos do Tribunal de Justiça, EXCETO:

A - Secção Única.

B - Conselho da Magistratura.

C - Câmara Única.

D - Conselho de Justiça Especial.

E - Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais.

(34)

No tocante às diversas Competências do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, considerando aquelas que correspondam, PRIVATIVAMENTE, ao Órgão TRIBUNAL PLENO, leia atentamente as alternativas abaixo apresentadas e marque a opção que pode ser destacada como uma EXCEÇÃO:

A - Aprovar a criação de novas Varas e Comarcas.

B - Promover o reajustamento dos vencimentos de seus magistrados, mediante resolução, quando se alterar a remuneração dos membros dos demais Poderes.

C - Aplicar sanções aos Magistrados e decidir, para efeito de aposentadoria ou afastamento temporário, sobre sua incapacidade física ou mental.

D - Conceder reversão, afastamento ou readmissão a Magistrados e declarar abandono ou perda de cargo por estes.

E - Processar e julgar, originariamente, as apelações cíveis e criminais, os agravos e os recursos em sentido estrito.

(35)

Atento às disposições sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, orientadas com base no Decreto de nº 69 de 1991 e atualizadas até a Lei Complementar de nº 150 de 2023, analise as proposições a seguir:

I- No tocante aos requisitos especiais para a criação de Comarca, em se tratando de Município de difícil acesso ou dotado de precários meios de comunicação, as exigências de possuir uma população mínima de cinco mil habitantes e ter uma movimentação forense anual de, no mínimo, cento e cinquenta feitos, serão reduzidos à metade.

II- Os Juízes de Direito terão domicílio e residirão na sede da respectiva Comarca.

III- Será elevada de entrância a comarca cujo movimento anual iguale ou supere o de Comarca de entrância imediatamente superior.

Está ou estão corretas:

A - Apenas a proposição II.

B - Apenas as proposições I e II.

C - Apenas as proposições II e III.

D - Apenas as proposições I e III.

E - Todas as proposições.

(36)

O texto vigente sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá destaca em seu artigo 10 (Inciso I e Alínea "e") que: "Compete ainda ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, o habeas data contra atos de autoridades diretamente submetidas à sua jurisdição":

Acerca do exposto, demonstre possuir a capacidade de interpretar expressões, termos e conteúdos contidos neste solene documento jurídico, marcando a alternativa que apresenta uma definição válida para a expressão em destaque:

A - O habeas data é uma importante ferramenta constitucional, cabível para conferir efetividade a um direito fundamental subjetivo cujo exercício foi impedido em razão da ausência de norma regulamentadora.

B - O habeas data é uma ferramenta jurídica criada pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá que visa anular atos lesivos cometidos pelas autoridades submetidas à sua jurisdição em relação aos dados pessoais e/ ou profissionais dos cidadãos jurisdicionados.

C - Integrando o rol dos chamados remédios constitucionais, o habeas data tem a finalidade de defender direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, contra abusos de poder ou ilegalidades de autoridades vinculadas ao Poder Judiciário.

D - Reconhecido como um importante remédio jurídico previsto na vigente Constituição Federal, o habeas data é um instrumento que pode ser impetrado por pessoa física ou jurídica com o intuito de tomar conhecimento ou retificar informações constantes nos registros e banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

E - Podendo ter caráter preventivo ou corretivo, o habeas data consiste em um importante remédio constitucional que pode ser impetrado pelo cidadão que se ache na iminência de vir a ser ou esteja sendo lesado materialmente por ato arbitrário de autoridade pública.

(37)

Leia atentamente os atos abaixo elencados, extraídos do texto sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá e marque nos parênteses a letra (C) se corresponder a uma competência do Corregedor Geral ou a letra (O) se, diferentemente, tratar-se de uma competência do Ouvidor Geral. Em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () Promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o Tribunal, atuando no sentido de construir soluções pacíficas, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

II- () Presidir comissão de inquérito instaurada contra Magistrado.

III- () Intermediar a interação entre os diversos órgãos do Poder Judiciário para a solução dos questionamentos recebidos e

aprimoramento dos serviços prestados.

IV- () Designar Juizes de Direito Auxiliares e Substitutos para conhecerem das medidas urgentes em geral, durante os períodos de recesso forense e de férias coletivas.

A - I-O; II-C; III-O; IV-C.

B - I-C; II-O; III-C; IV-C.

C - I-O; II-C; III-C; IV-O.

D - I-C; II-C; III-O; IV-O.

E - I-O; II-O; III-C; IV-C.

(38)

Dois recém empossados serventuários do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, ao realizarem um estudo sobre o texto da Organização e Divisão Judiciárias de seu Estado, depararam-se com uma disposição legal que lhes deixou em dúvida, suscitando divergências de interpretação. Os pensamentos conflitantes ocorreram no Art. 25, inciso III, que trata das atribuições gerais dos juizes de Direito, assim disposto:

Art. 25. Ao Juiz de Direito incumbe, além de processar e julgar os feitos de sua competência:

III - cumprir **cartas rogatórias, precatórias e de ordem**, pertinentes à matéria de sua competência. (grifo nosso)

Mais especificamente, as dúvidas dos serventuários estavam relacionadas ao significado jurídico dos termos acima destacados. Não chegando a um consenso e resolvendo solucionar o impasse, os dois serventuários resolveram buscar esclarecimentos de dois serventuários mais experientes, Astrogildo e Gumercindo, obtendo as seguintes informações:

Em relação a Carta Precatória, os serventuários mais experientes ofertaram as seguintes explicações:

I- Astrogildo afirmou que a Carta Precatória consiste em uma comunicação realizada entre juizes de comarcas distintas (ambos juizes da mesma hierarquia), sendo uma forma de colaboração entre juizes, visando o cumprimento dos atos judiciais, a exemplo de uma ordem de citação, penhora, busca e apreensão, tomar depoimentos ou adquirir provas.

II- Gumercindo, por sua vez, posicionou-se considerando que a Carta Precatória consistia no ato dever de um juiz singular cumprir uma decisão emanada de um Tribunal Superior ou do Tribunal de Justiça do mesmo Estado, possuindo caráter impositivo.

Em relação a Carta Rogatória, os serventuários mais experientes ofertaram as seguintes explicações:

III- Astrogildo afirmou que a Carta Rogatória consistia em uma ordem de um tribunal superior para um tribunal ou juiz de hierarquia inferior.

IV- Gumercindo, por sua vez, esclareceu, de forma sucinta, que a Carta Rogatória é uma forma de comunicação entre o judiciário de países diferentes, com objetivo de obter colaboração para prática de atos processuais.

Anotando as explicações de Astrogildo e Gumercindo, os dois serventuários recém empossados resolveram se dedicar mais profundamente ao estudo do assunto, chegando à seguinte conclusão:

A - Apenas as explicações I e IV estão corretas.

B - Apenas as explicações de Astrogildo estão corretas.

C - Apenas as explicações de Gumercindo estão corretas.

D - Apenas as explicações I e III estão corretas.

E - Apenas as explicações II e IV estão corretas.

(39)

Atento às disposições previstas no texto sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, analise as proposições a seguir, assinalando (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em seguida, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

I- () Baseado no princípio da continuidade da prestação jurisdicional, não é admitido que uma Comarca seja extinta, nem tampouco seja reduzida seu nível de entrância.

II- () As Comarcas classificam-se em Entrâncias inicial e final, sendo as de nível final no Estado: Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque.

III- () Com base na plena separação e autonomia dos Poderes, não é admitido que o Tribunal de Justiça, o mais importante componente colegiado da justiça estadual, venha propor ao Poder Legislativo alterações legais sobre a composição, a organização e a divisão judiciária.

A - I-V; II-F; III-V.

B - I-V; II-V; III-V.

C - I-F; II-V; III-F.

D - I-F; II-F; III-F.

E - I-V; II-F; III-F.

(40)

Acerca das competências do Juiz da Vara de Família, Órfãos e Sucessões, segundo previsão do texto sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, analise atentamente as assertivas abaixo e marque a alternativa que NÃO PODE SER VALIDADA (considerada correta) como complemento da citação abaixo:
Compete ao Juiz da Vara de Família, Órfãos e Sucessões:

A - Processar e julgar as ações referentes ao regime de bens do casamento.

B - Praticar todos os atos de jurisdição voluntária relativos a sucessão por morte.

C - Processar e julgar todas ações de alimentos.

D - Conhecer e decidir as questões relativas à capacidade civil e curatela.

E - Processar e julgar as ações de petição de herança e as de investigação de paternidade.
